



Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Oleiros, Penamacor, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão

Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa

Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 508 831 725

CONSELHO INTERMUNICIPAL

ATA N.º 03/2023

DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA DOIS DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

---- Ao segundo dia do mês de março de dois mil e vinte e três, no Edifício dos Emblemas, na cidade de Castelo Branco, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu o Conselho Intermunicipal da Beira Baixa, que contou com a presença dos seguintes elementos:-----

- João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, Presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova e Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM BB;-----
- Armindo Moreira Palma Jacinto, Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM BB; -----
- António Luís Beites Soares, Presidente da Câmara Municipal de Penamacor e Vice-Presidente do Conselho Intermunicipal da CIM BB;-----
- Hélder Manuel Guerra Henriques, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, em substituição do Presidente da Câmara Municipal;-----
- Miguel Alexandre Silva Costa Santos Marques, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oleiros, em substituição do Presidente da Câmara Municipal; -----
- Luis Miguel Ferro Pereira, Presidente da Câmara Municipal do Vila Velha de Rodão; -----

--- Nos termos da publicação da Lei n.º 24-A/2022, de 23 de dezembro, estiveram também na reunião, sem direito a voto:-----

- Carlos Miranda, Presidente da Câmara Municipal da Sertã; -----
- Ricardo Jorge Martins Aires, Presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei; -----

--- Estiveram ainda presentes na reunião: -----

- João Nuno Marques Carvalhinho, Primeiro Secretário do Secretariado Executivo Intermunicipal; --
- Rita Maria Leal da Graça Silva, Chefe de Equipa da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa; ----

-----Secretariou a reunião Pedro Miguel Martins Dias, Coordenador do Gabinete de Planeamento Estratégico, Assessoria Técnica e Projetos, nos termos da deliberação da reunião n.º 2A/2021, de 4 de novembro. -----

--- Presidiu à reunião, o Presidente da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa, João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, adiante designado de Presidente, nos termos da convocatória realizada a 24 de fevereiro de 2023, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

A - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

B – ORDEM DO DIA -----

1. Ata da reunião n.º 02/2023 de 02 de fevereiro de 2023; -----
2. Serviços prestados entre 30 de janeiro e 24 de fevereiro de 2023 – ratificação; -----
3. Ponto de situação relativo ao concurso Público de Concessão de Transporte Público de Passageiros na Beira Baixa; -----
4. Projeto piloto para a implementação de Transporte Flexível na Beira Baixa; -----
5. Contrato de arrendamento do prédio denominado “Colónia de férias de média altitude”, no Lourçal do Campo, Castelo Branco; -----
6. Contrato de arrendamento do prédio denominado “Edifício dos Emblemas”, em Castelo Branco;
7. Ponto de situação do projeto BBDigital; -----
8. Participação no projeto Transcom_Euroace – ratificação; -----
9. Protocolo de parceria para a promoção do território na Bolsa Turismo de Lisboa 2023 - ratificação; -----
10. Manifesto para o Turismo Sustentável - ratificação; -----
11. Outros assuntos. -----

A - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

----No período antes da ordem do dia, o Presidente, abriu a sessão, questionando todos os membros sobre eventuais intervenções a realizar. -----

--- Não existindo naquele momento qualquer intervenção solicitada, o Presidente começou por questionar se nos municípios da Beira Baixa tem sido também frequente muitas serem levantadas pelo IGAMAOT - Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território às empresas, sendo a grande maioria depois reclamadas pelas mesmas e lhes dada razão, referindo que muitas dessas coimas são sem sentido, que a abordagem deveria ser mais pedagógica e que, na sua opinião, não faz sentido esta forma de atuação, facto que os demais presentes referiram que iam verificar se estavam a ocorrer situações semelhantes nos seus territórios e que concordavam com a opinião do Presidente. -----

--- Continuou referindo que no dia 7 de março, no Centro de Ciência Viva da Floresta de Proença-a-Nova, iria decorrer um encontro onde iria ser abordado o projeto da Barragem do Alvito/Ocreza e a solução que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente tinha para apresentar, dizendo que a CIMBB, desconhece por completo o que irá ser apresentado, realçando a importância de os Presidentes da Beira Baixa terem um discurso único, comum, neste contexto, terminando com uma informação que se conhece relativa à dimensão da barragem por parte da EDP que poderá ser na casa dos 400 hectómetros. -----

--- Sobre o tema dos resíduos, o Presidente falou da troca de argumentos entre VALNOR, Municípios e ERSAR, por causa dos custos associados à manutenção do sistema, referindo que seria importante ao nível da CIM, ser desenvolvido um estudo para a um eventual subsistema de gestão de resíduos só na Beira Baixa. -----

--- Helder Henriques, Vice-Presidente do Município de Castelo Branco, referiu que esse estudo seria importante, mas, caso isso signifique o alargamento da área de deposição em Castelo Branco, estudar também outras soluções municipais para acolherem a receção de resíduos. -----

--- Ainda sobre este tema, Luís Pereira, Presidente do Município de Vila Velha de Ródão, referiu que o estudo deveria ainda ter em atenção o enquadramento legal para uma decisão destas, nomeadamente da criação de um novo sistema de gestão e da eventual desvinculação. -----

- Sobre a temática da Proteção Civil, o Presidente referiu que em reunião com o Comandante Sub-regional, foram solicitados os investimentos prioritários nesta área, referindo ainda, que neste contexto foram ainda solicitadas informações aos municípios, que devem com a máxima urgência articular com os corpos de bombeiros municipais, na resposta às fichas partilhadas, de forma a ser possível analisar o seu enquadramento no ITI da Beira Baixa. -----
- Para finalizar o tema da proteção civil, o Presidente alertou ainda para a necessidade de verificarem a necessidade de revisitação dos Planos Municipais de Emergência de Proteção Civil. -----
- António Soares, Presidente do Município de Penamacor, questionou sobre o ponto de situação da carta de perigosidade e de risco de incêndio e sobre o impacte nos territórios e se a data de 31 de março de mantinha. -----
- Em resposta, o Presidente informou que o Primeiro Secretário Executivo preparou um ofício sobre essa matéria, tendo sido dirigido o mesmo aos Secretários de Estado da Conservação da Natureza e Florestas e Administração Local e Ordenamento do Território. -----
- Complementando, João Carvalhinho, Primeiro Secretário Executivo, referiu que a AGIF deu nota de ter aprovado uma nova metodologia, sendo que a ANMP, também integrou essa reunião, mas, do que se sabe, não consultou os municípios, pelo que se desconhece a nova metodologia. Continuou, referindo que também na mesma reunião, foi aprovada a necessidade de alterar o DL 82/2021, relativamente às APPS, desconhecendo-se também o teor dessas alterações. -----
- Armindo Jacinto, Presidente do Município de Idanha-a-Nova, sugeriu que o ofício fosse também enviado ao Ministro da Administração Interna, e complementando a informação partilhou os dados da ANMP, que informou que em princípio as cartas de perigosidade poderão vir a ser realizadas a uma escala sub-regional e que tendo em consideração os prazos previstos na legislação e as alterações em negociação, o prazo de 31 de março seria, quase de certeza alterado e prorrogado. -----
- Carlos Miranda, Presidente do Município da Sertã, referiu que neste contexto, devemos ter em atenção, na construção das cartas de perigosidade e sobretudo nas alterações ao DL 82/2021, a questão das atividades permitidas, nomeadamente em casos como as atividades e eventos, aos trabalhos desenvolvidos por empresas ligadas ao setor das florestas, que têm de garantir os empregos, entre outras. -----

- Para finalizar, o Presidente referiu ainda que seria importante as CIM terem uma posição conjunta e unanime sobre esta matéria, que a Senhora Diretor Regional era para ter vindo ao Conselho Intermunicipal de fevereiro e este era um dos assuntos, aguardando-se nova data e que o Gabinete Técnico Florestal Intermunicipal está a trabalhar sobre a rede primária e também a secundária. -----
- Continuou os trabalhos, informando que o Primeiro Secretário esteve reunido com o homólogo da CIM Médio Tejo, no sentido de trabalhar questões organizativas relacionadas com a passagem dos municípios de Sertã e Vila de Rei para a Beira Baixa, um trabalho exaustivo, complexo, com muitas dúvidas jurídicas, tendo inclusive sido partilhada na reunião o ofício enviado ao Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território. -----
- De seguida, lembrou que no dia 6 de março tínhamos a reunião com a Autoridade de Gestão que iria apresentar a metodologia para a definição de valores do novo Pacto 2030 para a Beira Baixa, propondo uma pequena reunião prévia com a entidade consultora que está a colaborar com a CIMBB nesta matéria para as 14.30. -----
- Sobre o tema da Habitação, e conforme já tinha sido tema em reuniões do Conselho anteriores, o Presidente explicou a metodologia e pontos fortes do protocolo assinado entre a CIM Beiras e Serra da Estrela e o IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, tendo ainda referido que neste contexto seria enviado aos municípios uma ficha tipo para realizarmos um diagnóstico para servir como base de negociação e agendar uma reunião com a Ministra da Habitação para solicitar a assinatura de um protocolo idêntico para a Beira Baixa, concluindo que, as respostas às fichas devem ser rápidas, até dia 17 de março, e responder aos pressupostos referidos. -----
- Continuou, referindo que está agendada uma reunião com a CCDRC para dia 24 de março, às 15.30 para discutir o PROT-C – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro, sendo que será partilhado com os Presidentes um documento onde constam algumas propostas que devem vir a ser incluídas no documento final daquele Plano, como por exemplo nas áreas do sistema natural, a questão da água (Castelo Branco) ou do aproveitamento de sobrantes nas florestas (Oleiros), a referencia à importância do IC8 e de intervir no mesmo, a extensão da cooperação transfronteiriça que no atual documento se fica pelo Sabugal. -----

- Armindo Jacinto, referiu também que seria importante integrar o sistema urbano da raia e ainda a valorização dos sistemas de rega da Campina de Idanha e da Cova da Beira. -----
- Helder Henriques, acrescentou a importância de referir a valorização da ferrovia, nomeadamente da linha da Beira Baixa. -----
- Não existindo outras sugestões, o Presidente continuou referindo que a Direção de Serviços da Região Centro da DGEstE, a CCDRC, a Universidade de Coimbra e a CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração das CIM da Região Centro e dos seus municípios, estão a organizar um congresso sobre a Reorganização e requalificação da Rede Escolar (1º CEB e EPE) na primeira década do séc. XXI, previsto para os dias 25 e 26 de maio de 2023, destinado a um público vasto – decisores políticos, técnicos (autarquias, administração pública, gabinetes de projetos, universidades) e comunidades escolares, estando a solicitar às CIM a sensibilização e coordenação dos respetivos municípios para a participação na iniciativa e a disponibilização de fotografias de intervenções em espaços escolares feitas e cofinanciadas por apoios comunitários de forma a construir uma exposição paralela de 100 posters com 100 intervenções em escolas do 1º CEB e/ou EPE, construção de raiz ou requalificação (1 por município). -----
- Continuou referindo que até fevereiro de 2024, os municípios teriam de ter os Planos Municipais de Ação Climática elaborados, pelo que propunha que este assunto fosse tratado à escala da CIM, tal como, segundo foi informado, estaria a ser feito em outras regiões, como por exemplo a CIM BSE. -----
- António Soares, questionou o Presidente, sobre o ponto de situação em relação à indicação de um nome por parte da CIMBB para o Conselho de Administração da ULSCB, tendo o Presidente respondido que se aguarda o agendamento de uma reunião com o Ministério no sentido de se retirarem algumas dúvidas. -----
- Para finalizar, o Presidente referiu que um assunto que todos deveriam estar atentos, seria a posição sobre as concessões de eletricidade em baixa tensão, que após um período de discussão, foi entendimento unânime seguir a posição da CIMBSE, fazendo chegar uma manifestação conjunta à ANMP, uma vez que este assunto, também ele é um assunto de Coesão Territorial. -----
- Não existindo nenhum outro assunto a tratar, o Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia. -----

B - Ordem do Dia -----

1. Ata da reunião n.º 02/2023 de 02 de fevereiro de 2023 -----

--- Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente, questionou os membros presentes sobre alguma alteração à proposta de ata enviada como documento de apoio à reunião. -----

--- Não existindo nenhum comentário, a ata foi submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria, não tendo votado os Vice-Presidentes de Castelo Branco e Oleiros por não terem estado presentes. -----

2. Serviços prestados entre 30 de janeiro e 24 de fevereiro de 2023 – ratificação; -----

--- Sobre este assunto, o Presidente, apresentou a Informação n.º 061/2023/RS, dando conhecimento ao Conselho Intermunicipal dos despachos realizados no âmbito da aquisição de bens e serviços no período de 30 de janeiro e 24 de fevereiro de 2023. -----

--- À informação disponibilizada, o Presidente, acrescentou uma curta explicação sobre o conteúdo da mesma. -----

--- Não havendo nenhuma questão sobre a informação fornecida, foi colocado à votação, e ratificada por unanimidade as informações que constam da informação n.º 061/2023/RS.-----

3. Ponto de situação relativo ao concurso Público de Concessão de Transporte Público de Passageiros na Beira Baixa; -----

---Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente apresentou um *timeline* do processo, referindo que se encontravam a ultimar as peças em função do parecer da AMT, referindo que a CIMBB já tinha recebido os comprovativos das deliberações de todos os órgãos municipais relativos aos encargos plurianuais com os transportes exceto do Município de Castelo Branco. -----

--- Helder Henriques, Vice-Presidente do município, referiu que não estaria em condições de referir nada sobre este assunto, mas, que, pessoalmente, se opunha aos critérios assumidos para a definição dos valores a pagar pelo município no caso dos transportes intermunicipais e inter-regionais. -----

--- O Presidente, tendo feito a explicação que conduziu à definição dos critérios, e que todos assumiram na reunião de fevereiro, referiu que a CIM se encontra a trabalhar para publicar este concurso público

até final de abril de 2023, pelo que esperava que até esse momento, Castelo Branco deliberasse nos respetivos órgãos. -----

--- Não existindo nada mais a acrescentar, o Presidente deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

4. Projeto piloto para a implementação de Transporte Flexível na Beira Baixa; -----

--- Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente referiu que, paralelamente com o lançamento do concurso público de concessão de transporte público de passageiros, a CIMBB estava a trabalhar num projeto piloto de transporte flexível, tendo já revisitado as linhas a testar e neste contexto, na reunião pretendia-se validar em definitivo, estas mesmas linhas, apresentando as mesmas. -----

--- Após um pequeno período de debate sobre cada uma das linhas, as mesmas foram aprovadas por unanimidade, tendo, no entanto, sido levantadas algumas pequenas alterações que deviam ser realizadas ao nível do detalhe. -----

5. Contrato de arrendamento do prédio denominado “Colónia de férias de média altitude”, no Louriçal do Campo, Castelo Branco -----

--- Sobre este ponto da ordem de trabalhos, o Presidente apresentou a informação 318/2022/MC, onde é apresentada uma proposta de revogação do contrato de arrendamento existente entre a CIMBB e o Município de Castelo Branco para o edifício da Colónia de férias média altitude no Louriçal do Campo. -----

--- Antes de continuar, Helder Henriques, Vice-Presidente do Município de Castelo Branco, tendo em consideração que o município ainda não teve tempo para analisar os documentos, solicitou, novamente, que este ponto não fosse discutido nem colocado a deliberação, devendo o mesmo ser alvo de discussão, na próxima reunião de Conselho Intermunicipal. -----

--- Em resposta, o Presidente referiu que por ele não haveria problema, tendo colocado a proposta do senhor Vice-Presidente de Castelo Branco a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. -----

6. Contrato de arrendamento do prédio denominado “Edifício dos Emblemas”, em Castelo Branco ---

--- Da mesma forma que o ponto anterior, e sobre proposta do Município de Castelo Branco, o Presidente, colocou a votação a não discussão deste ponto da ordem de trabalhos na presente reunião, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

7. Ponto de situação do projeto BBDigital; -----

--- Sobre este assunto, o Presidente, considerando que se aproxima o final do prazo de execução do projeto BBDigital, e que a execução é nesta altura baixa, pese embora esteja a decorrer uma análise mais pormenorizada da situação, registou uma especial atenção com dois municípios, Castelo Branco, tendo em consideração o facto de ainda não ter avançado para a solução de urbanismo que integra com os serviços de atendimento online e o município de Penamacor, que tinha indicações de ter uma execução nula. -----

--- Em resposta, Helder Henriques, referiu que tinha a indicação técnica de que esse processo estava em desenvolvimento após reunião interna, mas que iria averiguar e perceber se haveria algum problema. –

--- António Soares, referiu que já estava a tratar desse assunto e que muito em breve falaria com o Primeiro Secretário Executivo sobre este projeto. -----

--- Não existindo nada mais a acrescentar, o presidente deu por encerrado este ponto da ordem de trabalhos, sem antes recordar que este projeto tem como objetivo principal a disponibilização de serviços online, pelo que todas as despesas estão de alguma forma dependentes de atingirmos este objetivo. -----

8. Participação no projeto Transcom_Euroace – ratificação; -----

---Sobre este assunto, o Presidente informou que no âmbito do POCTEP 2021-2027, a CIMBB foi convidada a participar num projeto de cooperação transfronteiriço que envolve a Agencia de Energia da Extremadura, a CIM do Alto Alentejo, entre outros parceiros, cujo objetivo principal é a criação de comunidades energéticas na região Euroace, referindo que este projeto são 36 meses e implica um investimento total por parte da CIMBB de 151.202,16€, dos quais 75% são financiados por fundos comunitários. -----

--- Após um pequeno período de esclarecimentos sobre alguns pormenores do projeto, o Presidente colocou a votação a ratificação da participação da CIMBB no projeto, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

--- 9. Protocolo de parceria para a promoção do território na Bolsa Turismo de Lisboa 2023 - ratificação; -----

--- Sobre este assunto, o Presidente apresentou a proposta de protocolo de parceria entre a CIMBB e o Turismo do Centro Portugal, que estabelece os compromissos entre as partes para a participação da CIMBB no stand do TCP na BTL 2023 que decorre entre 1 e 5 de março, referindo ainda que o protocolo chegou à CIMBB após a reunião de fevereiro e tendo em consideração que a mesma já se encontra a decorrer, teve que assinar o protocolo, sendo por isso necessário agora ratificar o seu ato de assinatura.
--- Colocada a votação, o protocolo foi ratificado por unanimidade. -----

10. Manifesto para o Turismo Sustentável - ratificação; -----

--- Sobre este assunto, o Presidente apresentou o documento enviado pelo Turismo Centro de Portugal, onde propõe a todas as CIM da região Centro a assinatura de um manifesto para o turismo sustentável, explicando os objetivos do mesmo e referindo que o mesmo não acresce custos para a CIMBB. -----
--- Não existindo dúvidas, o Presidente colocou a assinatura do manifesto a votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, tendo ainda sido deliberado delegar competências no Presidente para representar a CIMBB neste ato. -----

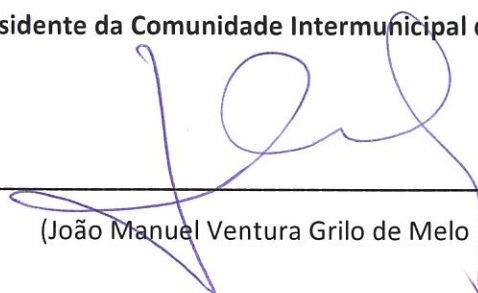
11. Outros assuntos; -----

--- Neste ponto da ordem de trabalhos, o Presidente questionou sobre outros assuntos que o Conselho gostaria de ver debatidos e/ou deliberados na presente reunião. -----
--- Não existindo mais assuntos a discutir neste ponto da ordem de trabalhos, o Presidente deu o mesmo por encerrado. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

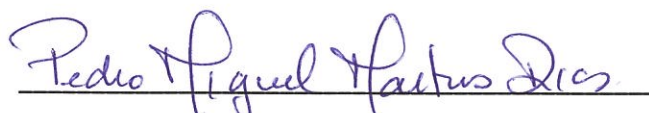
---E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente, deu por encerrada a reunião do Conselho Intermunicipal. Eram cerca das treze horas, e para constar se lavrou e aprovou a presente Ata, que eu, Pedro Miguel Martins Dias, redigi, subscrevo e que vai ser assinada pelo Presidente à reunião e secretário nomeado.-----

O Presidente da Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa,



(João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo)

O Secretário,



(Pedro Miguel Martins Dias)